

Car@ jornalista,

Hoje, às 15h haverá o lançamento da edição 2021 do Climate Transparency, um relatório que compara o desempenho climático dos países do G20. E às portas da COP26, a performance do Brasil preocupa os autores do documento: apesar de estar altamente exposto às mudanças climáticas, o país não tem metas alinhadas com a manutenção do aquecimento global em 1,5C.

Alguns detalhes do estudo estão no release abaixo. O evento de lançamento será às 15h e é aberto a perguntas dos jornalistas e analistas. Para assistir, acesse o canal do YouTube do Centro Brasil no Clima [neste link](#). Os detalhes sobre o evento de lançamento estão no card em anexo.

Abraços,
Cíntia Leone
Instituto ClimalInfo

Estudo: Desmatamento zero é melhor chance do Brasil avançar em performance climática

*Relatório de Transparência Climática mostra matriz energética mais suja e
dinheiro público financiando combustíveis fósseis*

A rápida redução do desmatamento para zero é uma das oportunidades mais importantes para o Brasil melhorar sua ação climática, de acordo com a mais recente edição do *Relatório de Transparência Climática* (Climate Transparency). O estudo analisa todas as economias do G20 para verificar como elas estão se saindo com a mudança climática. De acordo com os dados mais recentes da SEEG, o desmatamento é responsável por quase metade das emissões brasileiras (44%).

A principal conclusão do Relatório de Transparência Climática é que os compromissos do Brasil não estão no caminho certo para um mundo de 1,5°C, ou seja, para manter o aquecimento global dentro deste limite, acima do qual as mudanças climáticas representam ameaças mais graves para a humanidade. Se totalmente implementadas, as políticas atuais do Brasil estariam alinhadas, na verdade, com o aquecimento de 3°C.

Segundo o relatório, isto significaria exposição a impactos muito elevados, com aumento de duração e intensidade das secas, frequência de ondas de calor, aumento de dias com temperatura acima de 35°C e redução da pluviosidade - tudo isso afetando tanto a saúde humana quanto a produtividade do agronegócio.

O Brasil está principalmente em risco devido a eventos meteorológicos extremos hidrometeorológicos, como inundações e secas, embora os incêndios florestais também estejam em ascensão desde 2020. O Brasil já viu um aumento médio de temperatura de 2,5°C nas regiões costeiras entre 1901 e 2012, devido às mudanças climáticas. O aumento

da temperatura do mar, as mudanças na salinidade oceânica e o aumento da frequência, intensidade e duração dos eventos de El Niño / La Niña são projetados para ter efeitos sobre o clima continental do Brasil.

“Entre 2015-2020, o Brasil perdeu cerca de 830 kha da área de floresta amazônica por ano, com um aumento de 44% nas taxas de desmatamento desde 2018”, afirma o pesquisador William Wills, professor do [Centro Clima da Coppe-UFRJ](#) e coordenador do capítulo brasileiro do relatório. “A preservação da Amazônia é fundamental para servir de sumidouro natural e para melhorar a capacidade de adaptação diante da variabilidade climática”, explica.

Carbonização do setor de energia

Apesar de estar vulnerável às mudanças climáticas, o documento indica que entre 2018 e 2019, o Brasil forneceu uma média de USD 108 milhões por ano de dinheiro público para o setor de carvão, e USD 1,1 bilhões por ano para o setor de petróleo e gás, totalizando cerca de USD 1,28 bilhões por ano em finanças públicas direcionadas aos combustíveis fósseis.

O relatório Climate Transparency mostra que, além do desmatamento, outras fontes também estão em ascensão. As emissões de GEE do Brasil, excluindo a mudança no uso do solo, aumentaram 79% (1990-2018), e a meta climática do governo de reduzir as emissões em 43% (abaixo dos níveis de 2005) até 2030 e de atingir a neutralidade climática não está em linha com um caminho de 1,5°C.

Quando considerado por categoria, foram observados aumentos sustentados nas emissões relacionadas à energia em todos os setores, com aumentos particularmente perceptíveis nos setores de transporte e eletricidade..

As emissões do transporte ainda estão aumentando. Dados de 2017 indicam que 92% do transporte de passageiros e 59% do transporte de carga é feito por estradas. Ambos os setores ainda são dominados por combustíveis fósseis e os veículos elétricos (VE) representam apenas 0,12% das vendas de automóveis. O petróleo representa 72% do mix de energia no transporte brasileiro.

Emissões pós-pandemia

Em geral, o relatório mostra que após um curto período de declínio, devido à pandemia, as emissões de gases de efeito estufa (GHG) estão se recuperando em todo o G20, com a Argentina, China, Índia e Indonésia projetadas para exceder seus níveis de emissões de 2019. Em 2020, as emissões de CO2 relacionadas à energia caíram 6% em todo o G20. Em 2021, entretanto, projeta-se que elas se recuperem em 4%.

"A recuperação das emissões em todo o G20, o grupo responsável por 75% das emissões globais de GEE, mostra que cortes profundos e rápidos nas emissões são agora urgentemente necessários para alcançar anúncios líquidos zero", diz Gahee Han da organização sul-coreana Solutions For Our Climate, um dos principais autores do relatório.

O documento também observa alguns desenvolvimentos positivos, como o crescimento da energia solar e eólica entre os membros do G20, com novos registros de capacidades

instaladas em 2020. A participação das renováveis no fornecimento de energia deverá crescer de 10% em 2020 para 12% em 2021. E especificamente no que se refere à energia utilizada para produzir eletricidade e calor, as renováveis aumentaram 20% entre 2015 e 2020, e estão projetadas para se tornar quase 30% do mix de energia do G20 em 2021.

Ao mesmo tempo, os especialistas observam que, com exceção do Reino Unido, os membros do G20 não têm estratégias de curto ou longo prazos para alcançar 100% de energias renováveis no setor de energia até 2050.

Ainda o carvão

Apesar destas mudanças positivas, a dependência dos combustíveis fósseis não está diminuindo. Pelo contrário, o consumo de carvão deverá aumentar quase 5% em 2021, enquanto o consumo de gás aumentou 12% em todo o G20 de 2015 a 2020. O relatório conclui que o crescimento do carvão está concentrado principalmente na China - o maior produtor e consumidor mundial de carvão - seguido pelos EUA e Índia.

Anúncios recentes sinalizam que a maioria dos governos do G20 está ciente da necessidade de uma transição para economias de baixo carbono. Em agosto de 2021, 14 membros do G20 já tinham se comprometido com metas líquidas zero, cobrindo quase 61% das emissões globais de GEE.

Como declarado no Acordo de Paris, espera-se que cada parte apresente uma Contribuição Determinada nacionalmente - um plano climático que estabelece metas, políticas e medidas que cada governo pretende implementar. Em setembro de 2021, 13 membros do G20 apresentaram oficialmente atualizações de NDC, com seis estabelecendo metas mais ambiciosas já para 2030. No entanto, mesmo que totalmente implementadas, as atuais metas avaliadas até abril de 2021 ainda levariam ao aquecimento de 2,4°C até o final do século, advertem os especialistas.

"Os governos do G20 precisam vir à mesa com metas nacionais mais ambiciosas de redução de emissões. Os números deste relatório confirmam que não podemos mover o mostrador sem eles - eles sabem disso, nós sabemos disso - a bola está firmemente em com eles antes da COP26", diz Kim Coetzee da Climate Analytics, que coordenou a análise geral.

Sobre o Climate Transparency:

O *Relatório de Transparência Climática* foi desenvolvido por 16 organizações de pesquisa e ONGs de 14 membros do G20 e compara os esforços de adaptação, mitigação e finanças entre os países deste grupo; O estudo analisa os recentes desenvolvimentos políticos; e identifica oportunidades climáticas que os governos do G20 podem aproveitar. Sua missão é incentivar ações climáticas ambiciosas nesses países e estimular debates nacionais. Esta é a 7ª edição da revisão anual da ação climática do G20.

#####

Notas para o Editor:

O relatório Climate Transparency 2021 será publicado após o embargo [neste site](#)

O pesquisador William Wills, coordena a divulgação do estudo no Brasil e está disponível para entrevistas: wwills@lima.coppe.ufrj.br ; +55 21 99871-9827